

ANARQUISMO GLOBAL E SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA: TEORIA, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA

Lucien van der Walt

Resumo

A análise a seguir é uma transcrição, levemente editada, de uma palestra proferida pelo autor em 2 de novembro de 2010 no Espaço Ay Carmela, localizado na Rua das Carmelitas, em São Paulo. Este artigo oferece uma perspectiva global da história e da teoria do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária. De um lado, ele contesta posições que tratam o anarquismo como simples “antiestatismo” ou como “impulso” humano natural. De outro, ele sustenta que essa ideologia é uma tradição socialista da classe trabalhadora, que remonta à Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como Primeira Internacional (1864-1877). Desde o início um movimento internacional – em termos de intenção, concepção e composição –, o anarquismo se fundamentou em um conjunto de ideias socialistas, racionalistas e modernas e, por volta de 1940, já tinha desenvolvido uma poderosa base de apoio em muitas regiões do mundo. O anarquismo espanhol foi, sem dúvida, importante, como também a Revolução Espanhola anarquista de 1936-1939, mas a Espanha se destacou como berço de apenas um de vários movimentos de massa anarquistas e sindicalistas. Barcelona foi somente um dos elos de uma corrente de redutos vermelhos e negros de anarquistas e sindicalistas, e a Revolução Espanhola despontou apenas como uma de numerosas e importantes rebeliões, ensaios revolucionários e efetivas revoluções sociais, em que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária desempenharam papel decisivo. Embora a atenção do público tenha sido atraída pelas ações espetaculares da ala “insurrecionalista”, marginal no movimento, o que predominou entre os anarquistas foi a abordagem “de massas” – fundamentada na organização e na educação pacientes das massas. A imersão do anarquismo em movimentos de massa – especialmente por meio do sindicalismo de intenção revolucionária, das lutas camponesas e em defesa dos direitos civis, do combate ao racismo e à opressão das mulheres, das lutas anticoloniais e anti-imperialistas – também pode ser apreciada, adequadamente, em perspectiva global. A história fecunda do movimento não deve ser confundida com a história propagandística e mitológica do anarquismo, promovida retrospectivamente por certas correntes do movimento, com base em alegações de que o “anarquismo” existiu durante toda a história da humanidade, como uma tendência “natural”, e outras presunções desse tipo.

Palavras-chave: Anarquismo, Sindicalismo de intenção revolucionária, Trabalho, Anticolonialismo, Bakunin, Kropotkin, Luta de classes, Radicalismo, Antiglobalização, História global do trabalho.

Nota sobre a utilização terminológica e tradução deste artigo

Em todo este artigo, o termo “syndicalism” poderia ter sido traduzido simplesmente como “sindicalismo”. Entretanto, minha preferência, como editor e revisor, – foi traduzir “syndicalism” como “sindicalismo de intenção revolucionária”. Utilizo como justificativa para tanto um texto em que Kauan W. dos Santos e Rafael V. da Silva, citando um trecho meu, afirmaram: “Fazemos isso [traduzir ‘syndicalism’ como ‘sindicalismo de intenção revolucionária’] não no intuito de criar um novo conceito, nem de evitar a utilização do termo ‘sindicalismo revolucionário’, mas de dar uma solução a uma limitação concreta da língua portuguesa. [...] Nossos interlocutores que se comunicam em inglês possuem os termos ‘syndicalism’ e ‘unionism’ [...] para designar dois tipos distintos de sindicalismo. O primeiro refere-se às formas revolucionárias de sindicalismo (que incluem o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo) que, segundo entendemos, foram e são estratégias de massas da tradição anarquista. O segundo refere-se tanto ao sindicalismo anterior ao anarquismo, quanto ao sindicalismo reformista, desenvolvido em países como Inglaterra e Estados Unidos e que foi chamado, em algumas ocasiões, de ‘trade-unionismo’ ou simplesmente ‘unionismo’. Como em geral não há rigor nessa distinção no Brasil, onde se chama muitas vezes o ‘trade-

unionismo’ ou ‘unionismo’ simplesmente de ‘sindicalismo’, e como entendemos ser muito substancial a distinção entre sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo, tentamos com essa expressão encontrar um sinônimo para o ‘syndicalism’ anglófono, que abarque tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo. Escolhemos ‘sindicalismo de intenção revolucionária’, dando continuidade a utilizações anteriores de pesquisadores de nossa corrente, mas poderíamos ter escolhido ‘formas revolucionárias de sindicalismo’ ou outros termos.”

Numa “Nota preliminar sobre os termos”, que abria originalmente este artigo, Lucien van der Walt também discutiu a questão, colocando: “Deve-se observar que, quando uso o termo ‘sindicalismo de intenção revolucionária’ (syndicalism), eu o faço no sentido da língua *inglesa*, de acordo com o significado restrito de sindicalismo revolucionário e/ou de anarcossindicalismo; não na acepção das línguas românicas ou latinas, com o significado amplo de sindicalismo (unionism) [que inclui o sindicalismo reformista ou tradeunionismo]. Quando me refiro apenas ao ‘anarquismo’, quase sempre incluo o ‘sindicalismo de intenção revolucionária’ (tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo) como *variante* dessa ideologia. O sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo são formas específicas de sindicalismo (unionism), no sentido genérico, enraizadas na tradição anarquista, *estratégias* do anarquismo e não ideologias ou movimentos distintos.”

Felipe Corrêa, junho de 2019

* * *

Uma das principais questões a serem abordadas num projeto como este – que busca se debruçar sobre o anarquismo de maneira verdadeiramente global, e não estudá-lo com um foco restrito a algumas partes da Europa (como em geral se faz, na história do anarquismo) – é a reflexão muito cuidadosa acerca da definição do objeto. Se vamos discutir “anarquismo”, precisamos de algumas definições claras, e é aqui que nos deparamos com problemas sérios na literatura existente.

SEJA COMO FOR, O QUE É ANARQUISMO?

A questão de onde traçar a fronteira do “anarquismo” é muito importante. Essa delimitação é fundamental para a *análise* e a pesquisa; e não falo de estabelecer limites arbitrários, apenas com fins de exclusividade e de interesse próprio.

O problema de uma delimitação pouco nítida é carecer de um objeto de estudo claro; as inclusões e exclusões se tornam vagas, arbitrárias e, com frequência, absurdas. Há, em inglês, um estudo bem conhecido sobre o anarquismo, de Peter Marshall – trata-se de um livro importante e criativo. Mas que define o anarquismo de maneira muito vaga: basicamente, ser anarquista é ser contra a “autoridade”, sobretudo a “autoridade” do Estado. Além do conceito de “autoridade” não ser bem definido, mostrarei adiante que apenas ser contra o Estado, independente da razão, não oferece, de modo algum, base razoável para definir algo ou alguém como “anarquista”.

Ao adotar essa abordagem, Marshall inclui em seu estudo do anarquismo a neoliberal Margaret Thatcher – como uma suposta “anarcocapitalista”, porque ela se opôs à intervenção estatal e ao Estado de bem-estar social¹ – e o marxista-leninista Che Guevara – porque ele foi um crítico moderado de certas burocratizações do regime de Castro, cultivou um “espírito libertário” e desempenhou um papel “criativo” na década de 1960. No entanto, ambos defenderam o princípio do Estado, ainda que fossem contra certas *formas* de Estado.

Recorde-se que Thatcher contribuiu muito para a destruição do Estado de bem-estar social e dos sindicatos ingleses, para a redução dos salários e o fechamento das indústrias, e para a concentração de renda entre os mais ricos. Para ela, ser contra o Estado era somente ser contra as intervenções do Estado no livre mercado. Ela se sentia totalmente à vontade para utilizar o Estado na repressão de protestos e greves, assim como na invasão das Malvinas. Quanto a Guevara, falamos de um homem que admirava Josef Stalin, que trabalhou com a ditadura russa e que ajudou a construir em Cuba um Estado de partido único, com uma polícia secreta. Sem dúvida, ele era um crítico moderado de alguns aspectos do regime de Castro, mas aquele foi um regime que ele, evidentemente, ajudou a construir e a dirigir, um regime que ele nunca repudiou.

Não somente “antiestado”

Porém, se nos limitarmos a definir o anarquismo como ser “contra” o Estado e a “autoridade política imposta”, como Marshall, e então utilizar a noção de ser “contra” o Estado de maneira muito difusa e vaga (e aqui, obviamente, nem se trata de preconizar a *abolição* do Estado, mas, apenas, de buscar algumas *mudanças* no Estado), torna-se *lógico* incluir Thatcher e Guevara entre os anarquistas.

Mas se, do mesmo modo e pelas mesmas razões, fizermos um estudo lógico sobre o anarquismo, como o de Marshall, em que sejam incluídos, sem restrições, neoliberais e marxistas-leninistas como personagens da história do anarquismo, teremos um *problema* de lógica.

Especificamente, se definirmos o anarquismo em termos amplos – apenas como antiestatismo, ou, ainda, como um vago compromisso com a “liberdade” do “indivíduo” –, será muito difícil distingui-lo consistentemente de outras ideologias, inclusive do

¹ As tentativas subsequentes de Marshall de excluir os “anarcocapitalistas” da categoria dos verdadeiros “anarquistas” – por não prestarem a devida atenção à igualdade e por não serem aprovados pela maioria dos anarquistas – são inconsistentes com sua própria definição de anarquismo como ideologia que se opõe ao “governo externo e ao Estado” e “à autoridade política imposta, à hierarquia e à dominação”, uma vez que nem a igualdade nem a aprovação são parte dessa definição, mas essa é uma questão para outro trabalho: ver P. Marshall, *Demanding the Impossible: A History of Anarchism* (Fontana Press, 1992), pp. 3, 565.

neoliberalismo e do marxismo-leninismo. E, se não conseguirmos diferenciar o anarquismo do neoliberalismo e do marxismo-leninismo, será, ainda, muito difícil demonstrar a própria existência do anarquismo.

Analiticamente, o problema vai ainda mais longe: se seguirmos a linha de argumentação de Marshall, segundo a qual o anarquismo se resume à oposição ao Estado, teremos de ser coerentes, e não arbitrários.

Se conceituarmos o anarquismo apenas como ser contra o Estado, não haverá razão para não considerar como parte dele Karl Marx, Josef Stalin ou Mao Tse Tung, pois todos eles afirmaram, de maneira muito explícita, que o Estado deve “desaparecer” no futuro, como parte da emancipação final da humanidade. Guevara pode aparecer no livro de Marshall, mas não há razão para excluir Stalin ou Mao. Seria arbitrário. Se Guevara pode ser incluído, não há razão para não fazê-lo com Stalin e Mao.

Entretanto, definir o anarquismo de maneira a abarcar Stalin e Mao me parece algo bastante problemático – sem dizer que essa abordagem desconsidera inúmeras questões cruciais. Por exemplo, figuras como Stalin e Mao sustentaram a repressão, o Estado de partido único etc. Não acredito que seja descabido sugerir que o anarquismo histórico sustenta o pluralismo, o debate e os direitos políticos e civis fundamentais. Mas, se o definirmos de modo a abarcar Stalin, decerto *não poderemos* reivindicar que o anarquismo histórico sustenta o pluralismo, o debate e os direitos políticos e civis fundamentais.

Do mesmo modo, os neoliberais são céticos em relação ao Estado, e acreditam que o poder do Estado deve ser reduzido ao mínimo, seja na economia como um todo, seja nas relações econômicas entre indivíduos. Portanto, se ser anarquista é apenas se opor ao Estado, não há razão para não incluir na tradição anarquista, por exemplo, J. S. Mill, von Mises, von Hayek ou Milton Friedman, e até o general Pinochet, do Chile, por serem antiestatistas, no sentido de não confiarem na intervenção estatal e considerarem o livre mercado emancipatório, eficiente e natural.

Clareza da análise

Todavia, incluir Thatcher – mesmo que nos detenhamos em Mill e nos outros – significa que talvez seja sensato, também, excluir certos elementos do anarquismo histórico, tais como a oposição ao capitalismo, ao salariado e à propriedade privada; com isso, tais elementos teriam de ser considerados irrelevantes e não essenciais ao anarquismo histórico. Nesse caso, o anarquismo seria então compatível com o Estado de partido único (Stalin), com o livre mercado (Thatcher), com o aumento e a redução da intervenção do Estado, com

Estados monopartidários e multipartidários, com a oposição à autoridade e a concordância com a destruição de direitos fundamentais.

Ao longo da história, houve personagens que, de uma maneira ou outra, foram contra o Estado; mas considerá-los “anarquistas” nos leva diretamente a um beco sem saída analítico.

Se anarquismo for apenas antiestatismo, podemos e devemos considerar “anarquistas” tanto Stalin quanto Pinochet. Mas se considerarmos “anarquistas” Stalin e Pinochet, assim como os marxistas-leninistas e os neoliberais, os ditadores de esquerda e de direita, além de todo um conjunto de outros personagens, não saberemos mais com clareza se há algo evidente e especificamente anarquista.

Podemos considerar todas essas pessoas “anarquistas”, mas, se o fizermos, a própria noção de que algo chamado “anarquismo” algum dia existiu torna-se absurda, pois passa a ser realmente impossível distinguir o anarquismo de qualquer outra ideologia. E, se isso for feito, a possibilidade ou a utilidade de estudar e compreender efetivamente o anarquismo é destruída.

Se argumentarmos que o “anarquismo” significa quase tudo que é contra o Estado, certamente encontraremos anarquistas em toda parte. Marshall é perfeitamente coerente ao afirmar, com base em tal argumento, que o primeiro “anarquista” foi Adão, no Jardim do Éden, quando não ouviu as palavras de Deus. No entanto, o problema é que se o anarquismo é algo universal na história humana, não há como explicá-lo com base na mudança das *condições sociais*. Isso significaria, com efeito, assumir que o anarquismo é, de algum modo, parte *natural* da humanidade. Mas se esse fosse o caso, teríamos ainda outro sério problema analítico: se o anarquismo é inerente ao ser humano, não há como compreender boa parte da história humana, que, sem dúvida, envolve a expansão contínua da opressão, da exploração e do poder de uma elite de poucos sobre uma maioria de trabalhadores e pobres.

Mitos versus realidades do movimento

Agora, é necessário enfrentar outro problema: o de que todos os movimentos políticos, todos os movimentos que pretendem transformar o mundo, *criam em torno de si* um conjunto de mitos. Os anarquistas também criaram seus próprios mitos: o argumento de que o anarquismo é, de alguma forma, um aspecto universal da sociedade humana foi utilizado por alguns importantes anarquistas para *legitimar* seus controversos e combatidos movimentos.

Argumentar que o anarquismo é universal e tem presença em todas as épocas é uma maneira simples e fácil de contestar os questionamentos de que o movimento é novo,

impossível ou bizarro. Esse argumento permite, por exemplo, que os anarquistas reivindicuem ancestralidade e respeitabilidade, além de uma enorme importância histórica; além de naturalizar o movimento. Não se trata, contudo, de uma presunção *válida*, por mais útil que seja, do ponto de vista político.

Por isso, devemos fazer uma distinção entre certos mitos anarquistas e a história *real* do anarquismo. Para estudar o anarquismo, temos de fazer isso *não* necessariamente e sempre da maneira como os *próprios* anarquistas se apresentaram ao mundo. É importante estudar *como* os anarquistas criaram mitologias, mas também não aceitar essas mitologias – mesmo que alguns anarquistas as tenham difundido – e nem repeti-las em trabalhos acadêmicos.

Permitam-me fazer uma analogia. Comumente, os nacionalistas desenvolveram histórias míticas e engrandecedoras de suas nações, remontando-as a uma distante antiguidade, com uma cultura imutável e uma história compartilhada de hábitos alimentares, costumes indumentários, base territorial, tradições linguísticas etc. E, com isso, se investiram da condição de verdadeiros portadores dessa história. É frequente que essas alegações sejam, comprovadamente, inverídicas; podemos reconhecê-las como mitos, que foram criados com propósitos políticos.

Analisar esses mitos é importante, porque eles nos dizem como os *nacionalistas* veem a si próprios, como eles expressam suas ideias e assim por diante. Contudo, seria um erro crasso interpretar literalmente essas visões nacionalistas da história das nações, pois quase sempre elas são profundamente falhas, enganosas e seletivas.

Da mesma maneira, é importante estudar *como* ideólogos do anarquismo como Piotr Kropotkin e Rudolph Rocker, para citar dois exemplos, criaram histórias míticas do anarquismo, *por que* o fizeram e que *efeitos* elas tiveram sobre o anarquismo, os anarquistas e a historiografia do anarquismo e dos anarquistas.

Sabemos que os nacionalistas criam mitos, mas não os aceitamos como verdades autoevidentes; *examinamos* os mitos como *mitos*. Os anarquistas *também* produzem mitos, e estes tampouco devem ser tomados de antemão como verdade; devemos *analisar* esses mitos.

O que se inclui nos mitos é muito interessante, pois nos diz algo sobre os anarquistas que os criaram. Por exemplo, Kropotkin foi muito explícito ao sugerir que o anarquismo tem raízes profundas, tanto na cultura asiática quanto na europeia. Ao fazê-lo, ele deliberadamente apresentou o anarquismo como algo *universal*, rejeitando o eurocentrismo. Rocker destacou o vínculo entre o anarquismo e o primeiro movimento da classe trabalhadora moderna, citando semelhanças entre os cartistas, na Inglaterra da década de 1840, e os primeiros líderes trabalhistas visionários, como Robert Owen, o que demonstra a ênfase que ele dava ao

sindicalismo [unionism], à classe trabalhadora moderna e às relações do anarquismo com outros socialistas.

Agora, seria decerto um erro seguir literalmente Kropotkin na alegação de que Lao Tze, na China antiga, ou Zenão, na Grécia antiga, eram anarquistas na acepção literal do termo, ou sugerir, como Rocker quase o faz, que os owenistas eram sindicalistas [syndicalists].

O que devemos compreender é *o movimento que cria os mitos* e não tomar como verdades literais *os mitos que o movimento cria*. Para compreender o anarquismo como um movimento, temos de compreender o que ele diz de si mesmo, mas também precisamos entender que se trata de um *movimento* que emergiu num determinado contexto, no qual ele pôde, então, *falar de si mesmo*, utilizando várias estratégias.

Enfatizo aqui, e isso é importante, que nem todos os anarquistas aceitaram essas histórias míticas, e que os anarquistas não tiveram e nem têm um conjunto unificado de histórias míticas.

Há uma forte tradição no anarquismo que nunca se envolveu na criação dessas histórias míticas: Mikhail Bakunin, por exemplo, nunca fez essas alegações, enquanto outros autores, como Georges Fontenis, foram muito críticos desses mitos. Por outro lado, *havia* muitos mitos, mas não uma síntese unificada deles: diferentes partes do movimento tinham diferentes mitos. Por exemplo, o anarquista coreano Ha Ki Rak alegava que a guerra camponesa Dong Hak, de 1894, na Coreia, foi, sob muitos aspectos, idêntica à Revolução Espanhola anarquista, de 1936, visão que não é sustentada pelo anarquismo espanhol.

Compreendendo as ideias e os debates

Agora, uma última questão: se definirmos o anarquismo como antiestatismo (ou mesmo como um vago compromisso com a “liberdade”) e, de maneira lógica, tivermos de colocar sob a bandeira anarquista pessoas tão radicalmente diferentes como Thatcher, Guevara, Bakunin e outras, nossa análise do anarquismo como um conjunto de ideias *sempre* será profundamente *superficial*, por estarmos tentando compreender elementos que são totalmente diferentes entre si – e que, de modo algum, pertencem a um mesmo conjunto.

Ou seja, só podemos agrupar essas figuras díspares *se* nossas análises da teoria anarquista forem vagas, e *se* ignorarmos os inúmeros pontos de profunda *divergência* entre tais figuras. E, se o fundamento do agrupamento for inválido, o próprio fato de se fazer esse agrupamento está equivocado.

Se, em outros termos, alegarmos que Thatcher, Guevara e Bakinin podem ser considerados, de algum modo, parte de uma mesma tradição, só poderemos analisar o que eles têm *em comum*. Isso significa que não poderemos levar em conta uma ampla gama de questões sobre as quais eles diferem, como capitalismo e Estado, para não mencionar o próprio significado de “liberdade” e “antiestatismo”, nem, muito menos, temas ainda mais complexos de teoria (por exemplo, referentes à estrutura social), de estratégia (por exemplo, sobre vanguardismo e domínio do partido único) e de táticas (até assuntos tão críticos quanto a *maneira* que os anarquistas devem agir).

Com esse tipo de abordagem, os debates no movimento anarquista histórico, suas realizações, em termos de teoria e práxis (na verdade, a maior parte da teoria e da política do movimento), se perdem. Terminamos em discussões banais que tratam, vaga e superficialmente, de muitas questões e que ignoram completamente muitas outras. Portanto, a definição de anarquismo como “antiestatismo” é incapaz de definir quem faz parte ou não do anarquismo; não tem condições de explicar o que foi e por que surgiu o anarquismo; não tem condições de explicar o que os anarquistas fizeram, por que fizeram e o que os levou ao êxito ou ao fracasso; não pode nem mesmo explicar as intenções e as ideias dos anarquistas.

Porém, há na literatura uma abordagem alternativa, segundo a qual o anarquismo emergiu *em um contexto específico da história* como um *novo* movimento de massas, que se tornava evidente aos observadores como um novo movimento revolucionário. Por meio dessa abordagem, é possível verificar o que esse movimento buscava e as consequências de sua trajetória histórica. Com ela, passamos a ser capazes de começar a compreender as *condições históricas*, intelectuais e sociais, em que esse movimento surgiu e, assim, *explicar* sua ascensão e sua queda. Ou seja, podemos compreender sua *história* como uma *força social*, por meio de uma análise social. Também podemos examinar a evolução, ou seja, a *história* de suas ideias, identificar uma linhagem anarquista de movimentos e um cânone anarquista de escritores.

Se historicizarmos o anarquismo, podemos retratá-lo, *explica-lo e compreendê-lo*.

HISTÓRIAS ANARQUISTAS: BAKUNIN E A CLASSE TRABALHADORA

Os registros históricos mostram com muita clareza que um movimento anarquista específico, definido pelos próprios membros e consciente de si mesmo, surgiu apenas e pela primeira vez na Primeira Internacional, em torno de Mikhail Bakunin e da Aliança Internacional da Democracia Socialista. Isso o situa num período em torno de 1864, 150 anos atrás – e não no Jardim do Éden ou no Mundo Antigo.

Não estou afirmando que ninguém antes teve ideias que anteciparam ou prefiguraram partes do anarquismo ou que não houve outras correntes libertárias, antes ou depois daquele momento. Argumentamos, com insistência, que, para compreender o que foi e o que é o anarquismo, é preciso adotar uma abordagem *histórica*. E uma abordagem histórica nos remete à Primeira Internacional e, por consequência, situa as raízes do anarquismo na classe trabalhadora e no movimento socialista, e as localiza firmemente numa tradição de pensamento radical, cujas origens remetem ao século XIX.

Se nos debruçarmos sobre a Primeira Internacional, um bom ponto de partida para apreender suas principais ideias é observar os escritos e as teorias de Bakunin; são também importantes, nesse sentido, aquelas de Piotr Kropotkin, o outro grande personagem do movimento anarquista que emergia.

Agora, gostaria de enfatizar que essa abordagem *não* sustenta que esses dois, Bakunin e Kropotkin, tinham uma visão compreensiva e imutável de mundo, a qual já surgiu perfeitamente formada. Essa abordagem não reivindica que tudo aquilo que ambos afirmaram foi uma revelação perfeita, com base na qual deveriam ser julgadas todas as pretensões de verdade, e nem que eles inventaram o anarquismo.

Não estou afirmando nada disso. Ao contrário, estou argumentando simplesmente que as ideias e os escritos deles são, com base em qualquer critério razoável, textos *fundamentais* e *representativos* do movimento anarquista.

Influências e antecedentes

Decerto, o movimento anarquista que emergiu na Primeira Internacional foi *influenciado*, muito influenciado aliás, pelo socialismo libertário de P. J. Proudhon, cujos escritos eram produzidos desde os anos 1830, em especial por sua ênfase na autogestão, na descentralização e no antiestatismo. Reconhecer essa influência, entretanto, não significa que se trate de coisas *idênticas*. Como mostrarei ao discutir estratégia e perspectiva geral, a corrente anarquista foi muito *diferente* daquela de Proudhon, pois aquela implicou rupturas sérias com esta. A corrente anarquista foi influenciada pelo proudhonismo, mas não era o proudhonismo.

Esse novo movimento “anarquista” também foi influenciado por Karl Marx – cujos escritos eram produzidos desde os anos 1840 –, em especial por suas teorias econômicas; tal influência se deu não por sua *política*, mas por sua economia. O movimento anarquista usufruiu criticamente da economia marxista; se apropriou dela e mesmo a transcendeu e desenvolveu, penso eu, aparentemente solucionando alguns de seus problemas (por exemplo,

o movimento anarquista desenvolveu uma teoria dos preços melhor, levando em conta o impacto das relações de poder). A corrente anarquista foi influenciada pelo marxismo, mas não era marxismo. Influência não é identidade.

E, finalmente, as ideias anarquistas só se tornaram possíveis graças a um pano de fundo de fermentação massiva e global do pensamento radical, a qual foi impulsionada por lutas de classe massivas, desde o século XVII. As ideias anarquistas foram parte da efervescência das ideias modernas acerca da ciência e da liberdade, às quais podemos atribuir muitos nomes, incluindo o de “Iluminismo”. E, ao falar de “Iluminismo”, devo esclarecer, para evitar qualquer mal-entendido: o “Iluminismo” foi o produto do mundo atlântico, envolvendo não só a Europa, mas também as Américas e a África; foi parte do grande ciclo de rebeliões classistas, nacionais e intelectuais que sacudiram quatro continentes nesse período.

IDEIAS CENTRAIS DO ANARQUISMO

Suponho, agora, que tenha ficado claro o que é o anarquismo. Mas, talvez, seja necessário dar um passo atrás e esclarecer: ao analisar o anarquismo, constatamos que o movimento teve três ou quatro fundamentos principais. Estes incluem a oposição às relações de dominação entre os seres humanos, que envolvem aquelas relativas ao governo (ou o Estado), aquelas relativas ao capitalismo, e também aquelas que se dão de várias outras maneiras, como no caso da opressão nacional. Essas posições estão claramente expressas nos trabalhos de Bakunin e Kropotkin, assim como no movimento que nasceu na Primeira Internacional. Nenhuma definição razoável de anarquismo pode considerá-las secundárias ao projeto anarquista.

Os liberais enfatizam a importância da liberdade individual e os marxistas a importância de se abolir o capitalismo; mas foi o anarquismo que, por meio de um *socialismo libertário* radical, assumiu ambas as posições, e as reuniu de uma maneira que, até então, nenhuma dessas duas ideologias havia realmente conseguido fazer.

Portanto, o anarquismo é um movimento que é contra a hierarquia e contra a exploração, e também um movimento que, em outras palavras, vincula a luta pela liberdade individual à luta contra o capitalismo e o Estado. Com essa posição teórica, o anarquismo foi capaz de elaborar a crítica de outras formas de dominação, como, por exemplo, o imperialismo e a opressão nacional, e também de apontar os perigos de se opor ao capitalismo, por exemplo, por meio de Estados ditatoriais.

A estratégia geral do anarquismo enfatiza a necessidade de se construir um movimento *de baixo para cima* das *classes populares* (a ampla classe trabalhadora e o campesinato), que

possa lutar contra essas iniquidades e construir um novo mundo melhor. Seu objetivo é uma *revolução* desde baixo, a ocupação forçada dos locais de trabalho e a derrota da máquina do Estado por meio de um confronto decisivo. Trata-se de algo muito diferente da doutrina de Proudhon, que concebia um lento processo de construção de cooperativas, as quais substituiriam gradualmente o capitalismo.

Internacionalismo proletário e classista

Um dos principais aspectos a esse respeito, que se refere a essa perspectiva revolucionária e a essa ênfase na luta de classes, é que o que define o anarquismo (ao contrário, digamos, do nacionalismo) é um internacionalismo extremado, absoluto, completo. Um internacionalismo literal e fundamentado, que toma o mote “Trabalhadores do mundo, uni-vos!” como visão, prática e modo de pensar.

Isso significa a adoção de uma política classista, segundo a qual as classes populares do mundo todo têm mais em comum umas com as outras, *independente de seu país*, do que jamais poderão ter com as elites políticas e econômicas *dentro* de seus próprios países.

Foco nítido, imagem melhor

Munidos agora de uma definição e de uma compreensão histórica do anarquismo e de suas derivações – o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo –, assim como de uma noção de seus princípios básicos e de suas figuras mais notáveis, é possível começar a analisar o *anarquismo globalmente* e encará-lo como um movimento *mundial*. Isso tem grandes implicações na maneira de compreender a história do anarquismo, o impacto e as realizações anarquistas.

De certa maneira, “estreitamos” a definição do anarquismo; contudo, isso nos permitiu chegar a um foco *mais nítido*, do mesmo modo que numa câmera: mesmo com um foco mais *estrito* é possível ver melhor.

Assim, podemos trabalhar de maneira *sistemática*; entender esse movimento anarquista à medida que ele *emergia e operava globalmente* – podemos começar realmente a compreender as *características* do movimento. Se observarmos o movimento a partir da década de 1860, e se adotarmos uma perspectiva global, teremos como consequência algumas mudanças importantes de mentalidade.

Anarquismo global: provincializando a Espanha

Uma das principais questões que surge é que, com muita frequência, quando pensamos na história do anarquismo, nos concentramos bastante na Espanha e no anarquismo espanhol. E, evidentemente, a história do anarquismo espanhol é fundamental na história do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária em todo o mundo.

Mas, quando observamos globalmente, constatamos que a história da Espanha não é tão singular; concluímos que o anarquismo espanhol é apenas uma “*provincia*” dentro de um “*país*” anarquista de nível mundial. Com efeito, de acordo com certos critérios (por exemplo, quando consideramos a influência do anarquismo nos sindicatos), encontramos em outros lugares movimentos que foram *maiores* que o da Espanha.

Isso não quer dizer que a Espanha não é importante, mas que é *parte* de um *mundo* anarquista mais amplo, e que Barcelona é apenas um elo de toda uma *corrente* de cidades vermelhas e negras.

À grande rosa de fogo do anarquismo espanhol, Barcelona, devemos acrescentar outras cidades vermelhas e negras, como Buenos Aires, Chicago, Guangzhou, Glasgow, Havana, Cidade do México, Montevideú, Santos, Tóquio – cidades com forte influência anarquista ou sindicalista [syndicalist]. E, também, um segundo nível de cidades vermelhas e negras, com expressivos movimentos (mas não tão amplos quanto nas cidades mencionadas), como Alexandria, Auckland e Johannesburgo.

O fato é que, quando compreendemos o anarquismo com clareza e adotamos uma visão global, começamos a ver que sua história precisa ser retomada por meio de muitas outras histórias: dos sindicatos, das lutas camponesas, das lutas por direitos civis e libertação nacional. Essas são histórias que os anarquistas e os sindicalistas [syndicalists] construíram e que *não podem* ser compreendidas adequadamente sem examinarmos *como* elas atravessam a história anarquista e sindicalista [syndicalist] em âmbito global.

Influência e movimentos operários

Observar as *características* internacionais é uma das maneiras de compreender e de assimilar todas essas informações. Consideremos, então, uma tendência: o papel que os anarquistas (e sindicalistas [syndicalists]) tiveram como fundadores e guias de movimentos sindicais. Começamos pelo mundo colonial e pós-colonial. Isabelo De Los Reyes, que fundou o primeiro sindicato nas Filipinas, em 1902, foi profundamente influenciado pelos anarquistas espanhóis. Na China, foram os anarquistas que constituíram os primeiros sindicatos modernos

a partir de 1914, e em Guangzhou e Hunan, os sindicatos eram liderados pelos anarquistas durante os anos 1920.

Na África do Sul, o primeiro sindicato para africanos negros foi fundado por sindicalistas revolucionários em 1917. Do mesmo modo, na Irlanda, os primeiros sindicatos industriais eram liderados, em 1909, por pessoas identificadas com a tradição do sindicalismo revolucionário dos IWW (Industrial Workers of the World), ou Trabalhadores Industriais do Mundo, constituídos nos Estados Unidos, em 1905. Esses sindicatos foram bem-sucedidos, conquistaram vitórias, dedicaram-se a atividades de organização e educação, e, em alguns casos, cresceram de maneira explosiva: na Irlanda, por volta de 1920, os sindicatos sob a influência do sindicalismo revolucionário haviam crescido de 5 mil para 120 mil membros.

Isso aponta para outra importante característica na história do movimento anarquista e sindicalista [syndicalist], que foi seu papel na organização de greves e de lutas de classes massivas. Isso pode ser ilustrado por algumas greves importantes: Parma, Itália, em 1907; Paris, França, em 1910; Auckland, Nova Zelândia, em 1913.

Cartazes expostos por sindicalistas [syndicalists] na greve de massas de 1913, em Auckland, que eram membros da então radical Federação do Trabalho da Nova Zelândia (cujos membros eram conhecidos como os “Red Feds”), exibiam o slogan: “Se o sangue for o preço de sua riqueza maldita, Bom Deus, já o pagamos integralmente”. Essa frase foi extraída de um poema ampla e internacionalmente difundido pelos IWW, por meio de sua imprensa e de suas músicas radicais, que começa assim: “Nós alimentamos vocês durante mil anos e, quando vocês nos saúdam, ainda não estamos alimentados...”. Esse poema tentava explicar como os trabalhadores e os pobres haviam construído o mundo que temos, mas tinham sido excluídos de seus benefícios. O texto nos cartazes (“Se o sangue for o preço de sua riqueza maldita...”) enfatizava, em tom contundente, a reivindicação de que a riqueza da classe dominante era paga com o sangue da classe trabalhadora e do campesinato – e que essas classes populares haviam pagado caro, mais que o suficiente, na verdade – e que mudanças profundas e radicais eram necessárias.

Prosseguindo: na Cidade do México, os anarcossindicalistas lideraram greves massivas em 1915 e 1916; em Johannesburgo, África do Sul, em 1918, os sindicalistas [syndicalists] atuaram com os nacionalistas negros africanos para organizar uma greve geral; em Chicago, Estados Unidos, em 1919, sindicalistas [syndicalists] como William Foster exerceram importante papel em uma greve massiva dos trabalhadores siderúrgicos. Também no Japão os anarquistas foram muito importantes nos sindicatos, e publicaram o primeiro jornal que abordava especificamente o trabalho: *Movimento do Trabalho*. Sindicatos

revolucionários liderados por anarquistas, em Portugal, abarcaram vários grupos que, normalmente, não eram sindicalizados, como artistas e inquilinos, o que possibilitou que tivessem um papel importante em ações como as grandes greves de inquilinos contra os altos preços dos aluguéis em Lisboa, em 1921.

Para complementar esse resumo do papel que os sindicatos tiveram no movimento, e também de sua contribuição para as lutas nos locais de trabalho, apresento uma lista de alguns países em que os anarquistas ou sindicalistas [syndicalists], em um ou outro momento, chegaram a ser a principal força do movimento operário: Argentina, Brasil, Chile, Cuba, França, México, Países Baixos, Peru, Portugal e Uruguai. E, evidentemente, Espanha, embora, naquele país, anarquistas e sindicalistas [syndicalists] sempre tenham tido que enfrentar uma disputa com um grande sindicato rival de orientação socialdemocrata, a UGT (União Geral dos Trabalhadores) que, em geral, se equiparava à CNT (Confederação Nacional do Trabalho) anarquista em termos de números e influência nos locais de trabalho. Outros países em que anarquistas e sindicalistas [syndicalists] também foram numerosos e influentes, ainda que não hegemônicos, no movimento operário, incluem: África do Sul, Alemanha, Austrália, Bolívia, Bulgária, China, Equador, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Irlanda, Itália, Japão, Moçambique, Nova Zelândia, Paraguai e Polônia.

Esse é um resumo que abrange apenas poucos anos, poucos lugares; somente uma pequena parte de uma história gigantesca. Não se trata, de modo algum, de toda a história do movimento, que remonta aos anos 1860 e se prolonga até hoje, e que contou com muitas organizações e realizações importantes nesses 150 anos.

Caráter e política populares

O objetivo desta parte é apenas salientar o caráter popular do anarquismo, para mostrar que o movimento de Bakunin e Kropotkin foi importante nos locais de trabalho, afetou milhões de pessoas, conquistou ganhos materiais reais, seja na forma de salários mais altos ou de aluguéis mais baratos. Além disso, foi um movimento organizado nos bairros e territórios da classe trabalhadora e do campesinato.

Ele não foi um movimento que enfrentou apenas questões como salários e aluguéis. Mas se envolveu ativamente em temas políticos e lutas por direitos e disputas de poder. Vejamos o caso dos IWW, na Austrália, que eram parte de um movimento sindical mais amplo, que se opunha às tendências predominantes do reformismo socialdemocrata e do evidente racismo branco.

Quando a Austrália, que era parte do Império Britânico, entrou na Primeira Guerra Mundial, em 1914, contra o bloco liderado pela Alemanha, os IWW se mantiveram firmes em suas posições internacionalistas, antimilitaristas e anti-imperialistas. E, assim, se colocaram contra a corrente. As lideranças dos IWW foram julgadas por traição e a organização foi declarada ilegal. Além disso, há quem pinte os sindicatos revolucionários e anarcossindicalistas como organizações focadas exclusivamente em questões relativas a salários e condições de trabalho, mas isso não é verdade. Na Austrália, para citar um exemplo, o movimento levantou questões básicas acerca da guerra, do poder de Estado e formulou questões simples como essas: Guerra de quem? Para os interesses de quem? Por que a classe trabalhadora jovem deve se matar para o benefício de elites que não sacrificam e nem arriscam sua vida ou seus braços e ainda ganham com a carnificina alheia?

Uma abordagem global e suas revelações

Outra característica fundamental do movimento, não apenas entre as décadas de 1890 e 1930, foi o papel desempenhado pelas redes de pessoas e jornais e pelos vínculos criados pela imigração de trabalhadores.

Grande parte da história do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária foi escrita sob a forma de estudos de caso nacionais, por exemplo o anarquismo *cubano*, o *anarquismo* brasileiro etc. Essa abordagem é útil, mas também impede que conheçamos processos importantes do movimento e, portanto, partes relevantes de sua história.

Há muitos processos e conexões que ocorrem através das fronteiras dos Estados e apesar de sua existência, os quais não podem ser apreendidos por meio de uma perspectiva nacional de análise. Precisamos observar esses processos e conexões *transnacionais*, a fim de compreender melhor tanto aquilo que acontece em países específicos, quanto aquilo que se passa em nível *transnacional* e que uma perspectiva analítica nacional não consegue abarcar.

Darei apenas um exemplo: Lala Har Dayal, brilhante acadêmico do sul da Ásia (indiano), nascido em Delhi, que ganhou uma bolsa de estudos na Universidade de Oxford, na Inglaterra. Cada vez mais politizado, ele se mudou para a Índia, depois para França, Argélia e Martinica, antes de chegar à Califórnia, Estados Unidos, em 1911. Cada vez mais próximo das ideias anarquistas, associou-se aos IWW se tornando secretário de sua seção de São Francisco e fundou o Instituto Bakunin (ele ainda tinha um cargo na Universidade de Stanford).

Enquanto isso, sempre empenhado na luta pela independência da Índia e por mudanças sociais radicais, Dayal fez contato com comunidades sul-asiáticas, principalmente sikhs, da

região de Punjab, na Índia, e, em 1913, cofundou o Partido Ghadar, na Califórnia, e desempenhou nele papel central. Ghadar significa “motim”, no sentido de levante ou rebelião.

A plataforma e as ideias do Partido Ghadar continham elementos do anarquismo e do nacionalismo indiano. A organização desenvolveu-se globalmente, construindo uma rede internacional que abarcava Canadá, Japão, partes da África (sobretudo Quênia) e Afeganistão. Na Índia, suas principais conexões situavam-se em Punjab e, em 1915, o partido deflagrou um levante armado na Índia contra o domínio britânico. A essa altura, Dayal já havia perdido seu cargo e, preso nos Estados Unidos, exilou-se na Europa.

O levante de 1915 foi reprimido e derrotado. Mas, nos anos seguintes, o partido se reconstruiu e se manteve ativo até a década de 1940, inclusive no Quênia, preservando completamente seu caráter anarquista.

A questão é que uma história como essa é *global*, e insere firmemente o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária no campo das imigrações internacionais, das redes transnacionais e dos movimentos mundiais. Não é fácil apreender uma história como essa por meio de uma análise nacional, que divide o mundo em movimentos distintos, nos Estados Unidos, na Índia e no Quênia.

Resistência, ensaios, revoluções: lutas de classe e lutas nacionais

Outra característica que destacarei é o papel dos anarquistas e dos sindicalistas [syndicalists] ao se deslocarem, em alguns casos, da resistência à tentativa de reformular completamente a sociedade, ou seja, fazerem uma revolução.

O que mencionei até aqui diz respeito às lutas que conformaram movimentos de massa e campanhas. Tratava-se, naquelas ocasiões, de resistir, de reagir. Contudo, houve ocasiões em que as classes populares, juntamente aos anarquistas e sindicalistas [syndicalists], e por meio deles, efetivamente assumiram o controle da sociedade e investiram em sua reformulação. Nessas ocasiões, deixaram de ser classes num sistema de classes existente para se tornarem criadoras de um sistema sem classes. Algumas dessas experiências foram parciais e outras muito mais arrebatadoras. Começemos por algumas das tentativas mais limitadas de se recriar o mundo.

Um caso ocorreu na Macedônia, na luta pela independência contra o Império Otomano, remanescente da atual Turquia. Os anarquistas foram figuras importantes nessa luta e, em 1903, numerosas áreas importantes foram tomadas por milícias, das quais os anarquistas eram membros destacados, e houve tentativas de se criar “comunais” radicais. Anos depois, no

México, em 1911, o movimento de Ricardo Flores Magón, na Baixa Califórnia, tentou criar um território revolucionário anarquista.

Outras lutas foram provavelmente mais modestas que essas, embora fossem ainda radicais e capazes de iniciar algumas mudanças reais na sociedade. Na Irlanda, durante a guerra da independência irlandesa, os sindicatos, sob a influência de sindicalistas revolucionários, envolveram-se na tomada de controle e na gestão de distintos locais de trabalho. Um deles, uma fábrica de laticínios, adotou o seguinte slogan: “Produzimos manteiga, não lucro”.

Evidentemente, também houve o movimento italiano de ocupação de fábricas, em 1920, cujo cerne se encontrava no setor metalúrgico de Turim. Isso se deu num contexto em que havia um poderoso movimento sindicalista revolucionário e uma importante influência anarquista nas bases da classe trabalhadora. Muitos desses trabalhadores não eram filiados à importante União Sindicalista Italiana, que naquela ocasião tinha quase um milhão de membros, mas foram influenciados pela grande corrente anarquista e sindicalista [syndicalists] da época.

Pelo menos no mundo anglófono, grande parte da história desses eventos foi escrita retroativamente, em torno da figura de Antonio Gramsci, que posteriormente se tornou um marxista renomado. Ele foi alçado à posição de líder intelectual do movimento, mas isso não é verdade. Na realidade, o jornal de Antonio Gramsci, *Nova Ordem*, vendia pouco mais de 5 mil exemplares a cada duas semanas, num momento em que o jornal anarquista *Nova Humanidade*, do anarquista Errico Malatesta, vendia 50 mil exemplares *por dia*. Ademais, o editor do jornal do grupo de Gramsci era adepto do anarquista Kropotkin e o jovem Gramsci tinha muito mais proximidade com o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária do que com muitos marxistas da época.

Vejamos agora as *revoluções reais* deflagradas pelos anarquistas, pois creio que tudo o que foi examinado até agora deve ser interpretado mais como *ensaios revolucionários*. Quando falo de *revoluções anarquistas* me refiro a eventos que, em termos de escala, profundidade, adesão e duração, foram muito diferentes, qualitativamente diferentes.

Estou certo de que muita gente deve ter ouvido falar da revolução anarquista na Ucrânia, entre 1917 e 1921, promovida por forças que se encontravam em torno de figuras como Nestor Makhno. Essa revolução envolveu um vasto território, erigiu um sistema democrático e participativo, composto de conselhos e assembleias de trabalhadores, camponeses e soldados, e contou com vários esforços de autogestão. Vale também lembrar que ela se envolveu na luta pela independência da Ucrânia, contra a Áustria, a Alemanha e a

Rússia. Para os anarquistas, uma Ucrânia independente teria de ser uma sociedade revolucionária e anarquista.

Menos conhecida foi a revolução que ocorreu nas fronteiras da Manchúria e da Coreia. Em 1929, anarquistas coreanos – dentre os quais estavam militantes da Federação Anarquista Coreana e outros, como Kim Jwa-Jim, que liderou grande parte do Exército de Independência Coreano – organizaram uma sociedade revolucionária, bem semelhante, em certos aspectos importantes, àquela que foi construída dez anos antes na Ucrânia. Os paralelos entre ambas as experiências não param aí. Essa revolução também estava profundamente vinculada a uma luta por independência, naquele caso, contra o imperialismo japonês. Quase três milhões de coreanos estavam na Manchúria, que naquele momento ocupava áreas fora do controle do império japonês, e também, em grande medida, fora do controle das autoridades militares e civis chinesas.

Foi assim que, no território de Shimin, durante três anos, os anarquistas protagonizaram uma revolução que foi, de muitas maneiras, semelhante àquela que aconteceu na Ucrânia. Essa revolução estabeleceu instituições de produção coletiva e educação libertária, e também uma ordem social bastante livre, baseada em conselhos de trabalhadores e camponeses.

Evidentemente, o caso da Espanha, entre 1936 a 1939, também foi muito importante e incrivelmente radical. A questão é que a revolução espanhola *foi* muito importante, mas *não foi* a primeira, e nem a única revolução anarquista. Foi a *terceira*, em um período de mais ou menos 20 anos. Decerto, em grande parte da literatura, inclusive da esquerda, se criou a impressão do “excepcionalismo espanhol”, ou seja, de que apenas na Espanha houve um grande movimento anarquista e sindicalista [syndicalist], e que somente nesse país houve uma revolução impulsionada por esse movimento.

Com efeito, algumas questões enfrentadas pelos anarquistas espanhóis (por exemplo, se deveriam ou não participar do governo) *já* haviam sido colocadas em outros momentos. Na Coreia, um grupo de anarquistas participou do governo coreano no exílio e, depois da independência, em 1945, um setor do movimento concorreu às eleições de Estado, e alguns anarquistas tiveram assentos no governo.

As “três grandes” revoluções

Qual das “três grandes” revoluções deve ser considerada a maior? Isso depende do critério adotado como medida. Se estivermos falando de controle completo de uma área, ou seja, da plena realização de um autogoverno popular, por meio de conselhos e da autogestão,

tanto a da Ucrânia quanto a da Coreia foram “maiores” que a da Espanha, onde as forças revolucionárias coexistiram na zona republicana com um Estado capitalista. Mas, se estivermos falando da quantidade de pessoas envolvidas ou do número de coletividades autogeridas, provavelmente a da Espanha foi a “maior”, pois lá elas eram mais abundantes que na Coreia e na Ucrânia.

Parte das dificuldades para os movimentos na Ucrânia e na Coreia decorria da situação de guerra contínua: em ambos os casos, isso dificultava a criação de estruturas sustentáveis e estáveis. Isso contrastava com, digamos, boa parte da Catalunha, na Espanha, em que o território era defendido e as incursões inimigas eram lentas e constantes – em oposição às rápidas conquistas de terras pelo inimigo, seguidas de rápidas expulsões do inimigo pelas forças anarquistas, como no caso da Ucrânia.

Esses pontos nos ajudam a compreender melhor a realidade da revolução anarquista conduzida por coreanos e anarquistas coreanos, mas que foi levada a cabo, em grande medida, fora da própria Coreia. Precisamos ter em mente que, no Leste Asiático, a guerra em larga escala não começou em 1939, com a Segunda Guerra Mundial, mas remonta à década de 1920. E o território anarquista, que perdurou de 1929 a 1931, enfrentava, de um lado, as pressões da União Soviética, que armava os comunistas marxistas coreanos (os quais atacavam incessantemente a região) e, de outro, as forças chinesas; enfrentava, ainda, numa terceira frente, o Exército Imperial japonês, muito determinado e poderoso, que avançava pela Coreia, pela Manchúria e penetrava na China.

DEBATES E DIVISÕES ESTRATÉGICAS

Na primeira parte deste trabalho, falei sobre *como* definir o anarquismo e, nesse sentido, sobre a necessidade de adotar uma abordagem *histórica*; na segunda parte, destaquei a necessidade de pensar *globalmente*. E, ao fazer isso, é importante também identificar os *debates* políticos dentro do movimento anarquista e sindicalista [syndicalist]. É muito fácil declarar-se *contra* o capitalismo, *contra* a dominação e *contra* o Estado. Mas o que fazer *amanhã*? O que isso significa em termos de atividade política concreta? O que isso representa em termos de estratégia e táticas?

Quando observamos *histórica* e *globalmente* o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária, é possível identificar dois enfoques *estratégicos* fundamentais.

Anarquismo “insurrecionalista”

O primeiro é o anarquismo *insurrecionalista*. Quando utilizo esse termo, refiro-me a uma corrente do movimento que considera que as reformas são *inúteis*, que todas as pequenas melhorias são inúteis, que quando os salários sobem os preços também sobem e voltamos ao ponto de partida. Esse é um exemplo desse tipo de pensamento.

Do ponto de vista político e estratégico, isso leva à conclusão de que, em vez de lutar por reformas e pequenas melhorias, é preciso lutar *somente* por revoluções, e fazê-lo *imediatamente*.

Luigi Galleani, anarquista italiano, foi um dos principais pensadores dessa corrente. Ele argumentava que os anarquistas devem recorrer às “táticas de corrosão”, no sentido de que, em vez de, supostamente, “perder” tempo com questões como salários e aluguéis, eles devem promover ataques diretos e implacáveis, *o tempo todo*, contra a classe dominante. E têm de fazê-lo sem *demandas*, sem *negociações*, com a perspectiva de um assalto revolucionário imediato.

É claro que isso pode ser feito *dizendo* às pessoas: “Você precisa fazer uma revolução”, ou seja, realizar propaganda *por palavras*. Trata-se de uma “tática de corrosão”, na medida em que debilita o sistema e a classe dominante. Mas, na prática, a abordagem do anarquista insurrecionalista – que realmente *não pode* participar de movimentos como sindicatos, em lutas por aluguéis mais baixos, em demandas por leis mais justas – termina com *uma* tática de “corrosão” principal, uma tática que, então, se torna *estratégia*.

Trata-se da “propaganda pelo fato”, levada a cabo na forma de ação direta armada contra a classe dominante: assassinatos, “expropriações” de bancos, bombas. Algumas vezes, ela se vincula a certas lutas imediatas – por exemplo, os galleanistas lançaram bombas em apoio à luta contra a Primeira Guerra Mundial –, mas são intervenções *exteriores* aos movimentos mais amplos que lutam por mudanças imediatas, exteriores do ponto de vista organizacional (visto que são realizadas por células distintas), político e estratégico (que não perdem seu tempo em lutas por reformas).

Isso é “corrosão”, na medida em que, supostamente, enfraquece a classe dominante, mas como isso é *propaganda*? Trata-se de propaganda, dizem os insurrecionalistas, porque essas ações supostamente inspiram e despertam as massas; mostram a elas seus inimigos e que eles *podem* ser enfrentados; mostram, ainda, *como* combater esses inimigos. Basicamente, a ideia é que essas ações provocam rebeliões espontâneas massivas, com propósitos revolucionários diretos, ou seja, levantes repentinos para a criação de uma sociedade anarquista.

Esses anarquistas insurrecionalistas não eram meros oradores; estavam e estão muito comprometidos com essa política. Por exemplo, o primeiro carro-bomba, sugerem muitos autores, foi feito e utilizado por um galleanista, que bombardeou Wall Street em 1920, um homem chamado Mario Buda. E esse movimento não existiu apenas em torno de Galleani e sua rede, mas também na Espanha, na Argentina, no Japão e outros países. No Japão, Kanno Sugako, uma mulher e militante anarquista, foi executada em 1911 por ter participado de um complô para matar o imperador japonês.

De início, para muita gente, o anarquismo insurrecionalista, que surgiu na década de 1880, teve um forte apelo, e foi mesmo muito defendido, inclusive por anarquistas que *não* eram insurrecionalistas. Até Kropotkin o considerou uma boa ideia durante algum tempo. A reputação de violência militante também *atraiu* para o anarquismo pessoas que buscavam alternativas, dentre elas a juventude anti-imperialista chinesa e indiana. E os anarquistas insurrecionalistas decerto conseguiram assassinar muitos chefes de Estado.

Falhas e fracassos

Entretanto, muitos foram os problemas do anarquismo insurrecionalista, algo que garantiu que a maioria dos anarquistas se mantivesse naquela que sempre foi a principal corrente do anarquismo: o que denomino *anarquismo de massas*.

Alguns dos problemas dos anarquistas insurrecionalistas são óbvios. Primeiro, ele nunca chegou perto de inspirar uma revolução, em parte por causa de certa passividade implícita nesse modelo. As pessoas observam os ataques armados dos ativos insurrecionalistas, talvez até os admiram e se identificam com eles. Mas não se juntam a eles. As pessoas *observam*, são espectadoras.

Segundo, como notaram pessoas como Malatesta, reis, imperadores, presidentes e grandes capitalistas são facilmente substituídos. O sistema não é de fato “corroído” por alguns poucos assassinatos, e o problema básico – de a maioria das pessoas *aceitar* a necessidade desses governantes – não é realmente abordado pelo modelo insurrecionalista. Afinal, Wall Street ainda opera, quase um século depois da bomba de Buda; na verdade, voltou a operar no dia seguinte à explosão da bomba de Buda, e não parou desde então.

Por fim, os anarquistas insurrecionalistas, evidentemente, forneceram um pretexto para a repressão massiva do movimento operário e da esquerda: basta retornar ao Japão de 1911, quando 26 anarquistas foram executados por traição contra o imperador, e a maioria deles não tinha nada a ver com o insurrecionalismo: Kotoku Shusui, a principal figura do anarquismo japonês, que promoveu o anarcossindicalismo, estava entre as vítimas. A repressão de Red

Scare, nos Estados Unidos, em fins da década de 1910, foi provocada diretamente pelas bombas dos galleanistas. As vítimas dessa repressão foram, na maioria, membros do movimento operário e militantes dos direitos civis, dentre os quais minorias étnicas e raciais, incluindo, em todos esses casos, anarquistas e sindicalistas [syndicalists], mas também representantes da esquerda de modo mais amplo e os socialistas mais moderados.

E, evidentemente, os anarquistas ainda são estigmatizados com a pecha de terroristas, bombistas e assassinos – muito depois de os insurrecionalistas terem deixado de constituir uma força significativa. Isso ocorreu por causa das ações dos insurrecionalistas e continua, até hoje, a gerar problemas ao anarquismo.

Anarquismo de “massas”

A abordagem alternativa, muito mais influente dentre os anarquistas – e, decerto, aquela corrente que, comprovadamente, conseguiu construir movimentos de massas e fornecer bases massivas para o anarquismo, além de garantir para a ele muitos “vetores” sociais nas classes populares) foi o *anarquismo de massas*.

Falo aqui de um tipo de anarquismo segundo o qual as lutas *imediatas* por pequenas melhorias relativas a salários, preços, transportes, aluguéis, terras, discriminação, opressão e direitos civis ocorrem onde é *possível* promover um movimento anarquista revolucionário de massas.

Nessa perspectiva, a principal tarefa dos anarquistas é *inserir-se* nessas lutas imediatas e nos movimentos que se desenvolvem em torno delas e, dentro deles, *conectar* sistematicamente as lutas diárias e as preocupações das classes populares a uma visão anarquista mais ampla de transformação social radical.

Como? É possível utilizar essas lutas imediatas para construir confiança, esclarecer o pensamento, debater política e vencer a batalha das ideias em favor do anarquismo; é possível construir movimentos fortes e participativos, que estabeleçam diretamente os alicerces de uma nova ordem anarquista. Assim, por exemplo, conquistar uma reivindicação salarial dará mais confiança ao trabalhador, para que ele possa fazer a diferença e ser capaz de se importar. Isso reforça a confiança e a motivação, e também oferece mais tempo e espaço para pensar e lutar. Alguém que não esteja disposto a enfrentar o próprio chefe não fará uma revolução que ponha fim a todos os chefes. Nessas lutas imediatas, as pessoas se abrem a novas maneiras de ver o mundo, às críticas anarquistas da dominação e da exploração, e à explicação anarquista sobre a origem dos problemas e a identificação do inimigo.

Lutas diárias e sindicalismo de intenção revolucionária

Nada há de automático aqui: há uma *oportunidade* de conquistar pessoas para o anarquismo, de conquistar respeito para o anarquismo e de *demonstrar* a validade das ideias e dos métodos anarquistas (especialmente da ação direta e dos movimentos participativos). Ao mesmo tempo, formam-se organizações amplas e estáveis, que lançam as bases de outras lutas e vitórias, como os sindicatos. Também aqui os anarquistas podem desempenhar um papel central, garantindo que esses movimentos sejam escolas democráticas, participativas e abertas de democracia, companheirismo e igualdade de base.

Em suma, o mais importante é utilizar essas lutas imediatas que estão acontecendo hoje para lançar as bases do futuro. É o que descrevo como a construção de uma contracultura (ou seja, vencer a batalha das ideias entre grandes quantidades de pessoas) e de um contrapoder (ou seja, construir movimentos de massa capazes tanto de enfrentar a classe dominante na realidade cotidiana, quanto, talvez, de *substituí-la* inteiramente, por estruturas alternativas capazes de gerir a sociedade).

Historicamente, esse “anarquismo de massas” foi sempre a principal corrente do movimento, desde os tempos da Primeira Internacional. Um dos principais aspectos a ser destacado é que as ideias que mais tarde foram denominadas “sindicalistas” [syndicalist] foram, de fato, uma elaboração estratégica das principais ideias anarquistas, ou, mais especificamente, da corrente do “anarquismo de massas”. O sindicalismo de intenção revolucionária é parte do anarquismo de massas.

É também importante ser destacado que esse sindicalismo foi desenvolvido, de início, pelos anarquistas da Primeira Internacional; todos seus elementos podem ser encontrados de maneira muito explícita nos trabalhos de Bakunin, por exemplo. Isso significa que o “sindicalismo de intenção revolucionária” foi, desde o início, parte intrínseca do “anarquismo” – não uma corrente similar, paralela, rival ou alternativa. O termo “sindicalismo” [*syndicalism*, no sentido de sindicalismo de intenção revolucionária] passou a ser usado na década de 1890, por várias razões, mas suas ideias se desenvolveram desde os fins da década de 1860, trinta anos antes. E os primeiros grandes sindicatos dessa linha surgiram na década de 1870, em Cuba, no México, na Espanha e nos Estados Unidos.

Os sindicalistas [syndicalists], como expressão do anarquismo de massas, sempre falaram do papel revolucionário dos sindicatos: encampar lutas hoje, educar as massas e organizar, por meio dos próprios sindicatos, as próprias bases da autogestão das fábricas e de outros locais de trabalho, as estruturas que iriam gerir os próprios locais de trabalho.

CONCLUSÃO

Em termos simples, nessa perspectiva, ainda é necessário uma revolução, mas não há atalhos. Para realizar uma revolução, as massas têm de fazê-la; e, para conquistar as massas, deve-se ir *às* massas e lutar ao lado delas, mas *também* acenar a elas com um futuro melhor e com os métodos e as ideias capazes de fazê-las chegar a esse futuro.

Lucien van de Walt trabalha na Rhodes University, África do Sul. Publicou muitas obras sobre: trabalho, história e teoria da esquerda, economia política, anarquismo e sindicalismo. Também está envolvido com o sindicalismo e com a educação e os movimentos da classe trabalhadora. Foi editor (com Steven Hirsh) de *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1880-1940* (2010/2014), e editor, na África do Sul, de *The International Encyclopedia of Revolution and Protest* (2009).

Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra

Revisão e edição: Felipe Corrêa